

ATA NÚMERO 18

Sessão extraordinária de 30 de outubro de 2024

-----Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão extraordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:-----

1. **Discussão e autorização prévia do investimento de requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes** – (Registo n.º 4317/2024/05/27).-----
2. **Décima primeira alteração orçamental – Terceira alteração modificativa (revisão) aos documentos previsionais do ano 2024** – (Registo n.º 8792/2024/10/17).-----
3. **Zona de Acolhimento Empresarial de Vila Meã** – Aquisição de parcelas de terreno – (Registo n.º 8795/2024/10/17).-----
4. **Projeto de execução do intercetor do Tâmega – Troço entre a Ponte de São Gonçalo e o Parque de Lazer da Costa Grande (Amarante)** – Reconhecimento de Relevante Interesse Público (RIP) – (Registo n.º 8697/2024/10/15).-----
5. **Plano Municipal de Ação Climática de Amarante** – (Registo n.º 6211/2024/07/24).-----
6. **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) | Relatório de avaliação intercalar | 2024** - (Registo n.º 8667/2023/10/09) – Para conhecimento.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como Primeiro Secretário, e João Carlos dos Santos Leite, como Segundo Secretário, em substituição de Sara Moreira Machado.-----

-----Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros:-----

-----Miguel André Carvalho Varejão, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos dos Santos Leite, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, António

Francisco Cerqueira Coutinho, Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, José Luís Mesquita Peixoto, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes de Oliveira, Carlos Alberto Freitas Miranda, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Sandra Patrícia Nogueira Costa, José Augusto Oliveira Araújo e Joaquim Augusto Teixeira.-----

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Ema Isabel Monteiro Louro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Sara Mónica Seixas Gomes Leite; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro.

-----Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Miguel André Carvalho Varejão), Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós (substituído por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães (substituído por Inês Brochado Marinho Bastos Batista), Carlos António Silva Carvalho (substituído por António Fernando Cerqueira Coutinho), Torcato Fernando Carvalho Ferreira (substituído por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Sara Moreira Machado (substituída por José Luís Mesquita Peixoto), Rui Pedro Barreira Morais, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Sandra Patrícia Nogueira Costa) e os senhores presidentes de junta: da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro e União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Américo Paulo Ribeiro,

substituído por Ema Isabel Monteiro Louro. -----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo Senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Manuel Alexandre Machado Oliveira, Adriano Teixeira Alves dos Santos e Carlos Manuel Azevedo Pereira. -----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, passando de imediato ao -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor Artur Teófilo da Fonseca Freitas, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Ora bem, eu devo começar por dizer que, na realidade, saúdo que um dos pontos da agenda onde quero fixar-me é, de facto, a autorização prévia do investimento das obras da Alameda e no Mercado. E isto, para mim, é a quadratura do círculo, porque se na realidade a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, uma proposta de empréstimo, no montante de três milhões de euros, à Caixa Geral de Depósitos, e, na altura, com certeza, que cumpriu as formalidades, ou seja, contactou três entidades do ramo, não excedeu a capacidade de endividamento e apresentou à Assembleia Municipal a autorização para o efeito, que esta autorizou, por unanimidade, o empréstimo. -----

-----Portanto, esta semana, solicitei se efetivamente esse empréstimo subsume a autorização para o avanço da obra. E não sou o único que terei dúvidas, porque o Senhor Presidente da Câmara, ainda há menos de dez dias, fez uma contratação a um arquiteto chamado Pardal, de um programa paisagístico, precisamente para aquela obra e para a frente ribeirinha. Eu só queria dizer efetivamente o seguinte: Desde há uma semana para cá, houve uma série de dados novos que, efetivamente, os senhores deputados da Assembleia Municipal deveriam interiorizar. E, então, o que é? Com o discurso catastrofista do Eng.º Pimenta Machado, na inauguração das Azenhas, em que vem dizer que se propõe trazer cá um homem da Iberdrola, para ajudar Amarante a lidar com as cheias. Ora, é preciso não esquecer que o senhor engenheiro, digamos assim, é neste momento o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente e, portanto, é o homem que tem responsabilidade na segurança de barragens. E quando cá vem dar conselhos pífios, desculpem a expressão, ele não

tem nada que vir aqui -, a única coisa que tem que fazer é debruçar-se sobre a questão dos rios e os descontroláveis níveis da água que têm colocado em risco toda a gente. E o que é colocar em risco? O primeiro projeto da Senhora do Vau passou em frente a minha casa. A questão dos passadiços do Pedro Teiga, este ano, já não foram colocados e o Senhor Presidente da Câmara, que tem a responsabilidade de alertar os cidadãos, tem o direito a saber quais são os riscos em determinadas zonas passíveis de tragédia. É a primeira pessoa que, na realidade, depois de ter dito que é um projeto que vai avançar, apesar da oposição de muita gente, conhece mal o território. Este discurso foi antes de a Assembleia Municipal ter autorizado o processo. Há todo um processo, efetivamente, que tem de ser seguido. Só vos quero dizer o seguinte: há muito mais questões que não podem ser decididas ligeiramente. Foi recebida a intervenção do LIVRE, onde está a resposta precisamente às questões que eu aqui coloco, feita pelo deputado que aqui estava e por mais quatro deputados. Os senhores, leiam isto, que eu deixo aqui ficar, e, efetivamente, atendem no que é que, na realidade, diz a Senhora Ministra, põe a tônica, toda ela, em relação a Daivões e a Gouvães; a tônica, que é um desígnio estratégico, aproveitar a capacidade de armazenagem de água e aproveitar também as hidroelétricas. O resto vem por acréscimo. Ademais, diz que a comissão de proteção civil local tem efetivamente um sistema que permite, pelo telemóvel, primeiro, acompanhar, segundo alertar. Mas alertar como? Nós estamos a criar uma obra que é precisamente num sítio que está referenciado como uma zona de risco, na carta de risco da região hidrográfica do Douro, RT3, que diz que, efetivamente, aquela zona é crítica. E mais, são muito novos, por isso, recordo-vos quando foram as cheias de 2001, houve aqui a circunstância que estive sobre a ponte para ir abaixo. Entretanto, foi o Eng.º Pinto da Cunha que, efetivamente, mandou avançar com uma buldózer. Acontece que ele prometeu que se, de facto, a Comissão de Controlo de Barragens não abrisse a barragem do Torrão, que esteve fechada por causa da pesquisa do desastre da ponte de Entre-Os-Rios, a ponte ia para o galheiro. E não era a primeira vez. Segundo as memórias paroquiais - também avisar, atenção, que um dos pilares da ponte está ameaçado - quem ganhou o prémio para minimizar a Ínsua dos Frades, foi o Arq.º Rolando Torgo.” -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, advertiu o orador de que tinha nove segundos para terminar, tendo o mesmo decidido cessar a sua intervenção.-----

-----Questionado sobre a possibilidade de utilizar os créditos de outra pessoa

inscrita, foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que tal não seria possível. -----

-----Perguntou, de seguida, quando reuniria o Conselho Municipal de Segurança, ao qual o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondera que não sabia e que tal responsabilidade não é uma competência sua. -----

-----**A Senhora Ana Gabriela Pereira da Silva da Fonseca Freitas, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“É para dizer que, como natural e amante da minha terra, apresentei uma denúncia por ameaça de interesses difusos, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, quanto às árvores e quanto aos muros, porque considero ser solo sagrado e intocável. É o último reduto onde vocês não podiam tocar. Portanto, essa queixa pende no TAF de Penafiel.” -----

-----**A Senhora Anabela Maria Mendes Pilroto Coimbra Queirós Matias de Magalhães, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu gostaria de colocar aqui duas questões: Se irão autorizar a prossecução numa zona de risco, assim considerada nos planos de gestão dos riscos de inundações, região hidrográfica do Douro, RH3, sem uma atualização do plano de emergência externa da barragem de Daivões, postergando o direito de os cidadãos serem informados, sobre os novos riscos a que passarão a estar expostos pelo imprevisível regime de cheias. E se, em caso de um hipotético acidente, com ou sem vítimas mortais, V. Exas. assumem a responsabilidade extracontratual prevista no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 67/2007, e, quiçá, a responsabilidade criminal por omissão de procedimento, a que se reporta o artigo 10.º do Código Penal? Não sendo despiciendo notar que a primitiva estrutura do trilho da Senhora do Vau foi por água abaixo, aquando de uma cheia de médias proporções e os passadiços para a Ínsua dos Frades já não foram colocados no corrente ano pelas mesmas razões. Eram estas questões que eu queria deixar ficar a V. Exas.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Foram poucas as questões que me foram colocadas, foram só considerações, opiniões pessoais e interpretações, que tenho de respeitar. No entanto, aquilo que me apraz dizer, é que toda e qualquer obra tem de ter validação de todas as entidades competentes para o efeito. Nem esta Câmara, nem a que antecedeu, e seguramente aquela que irá suceder, pode avançar com qualquer obra, sem prévia autorização de todas as entidades. Mais, também é meu entendimento

que, eu, acompanhado de mais oito vereadores, somos nove no total, quando tomamos uma decisão, não é de ânimo leve. -----

-----Obviamente, naquilo que nos diz respeito, por exemplo, na obra que estávamos a falar, quando tivermos de tomar a decisão, iremos tomá-la com os dados todos ao dispor, para garantir, não só a segurança, como também qualquer efeito futuro que possa acontecer. Quero garantir a todos os presentes que, da nossa parte, tudo será feito em conformidade com aquilo que a lei assim o exigir.-----

-----Dar nota, também, do seguinte: em 2019, tivemos um anteprojecto, que foi apresentado publicamente, porque entendíamos que poderia haver aqui possibilidades de melhoria e porque estamos a falar de uma zona nobre da cidade, que, neste momento, é um parque de estacionamento e eu penso que deve ser muito mais que um parque de estacionamento. Assim, no seguimento da apresentação pública, foi possível acolher algumas sugestões interessantes para o trabalho que se seguia ao anteprojecto, que, e julgo ser de referir, na altura, foi enviado para todas as entidades, a saber, APA, REN, CCDRN, DRCN, e todas estas entidades deram parecer favorável. Acontece que depois dessa discussão na apresentação do anteprojecto, atendendo a que houve alterações, o novo projecto seguiu para as entidades competentes, no passado dia 23 de setembro, para novos pedidos de apreciação. E quando tudo estiver em conformidade, o projecto final irá ser apresentado aos senhores vereadores para, aí sim, na posse de toda a informação disponível, se pronunciarem. -----

-----Eu acho que sempre foi assim que aconteceu, no passado, no presente e, seguramente, no futuro, é assim que acontecerá. Com certeza que, tanto eu como todos os que me acompanham, terão a oportunidade de julgar e avaliar esse projecto. E se também entenderem que ele não deve ter continuidade, com certeza que não terá continuidade. Mas uma coisa é certa, o que nós estamos a discutir neste momento é aquilo que nós temos agora, que é um parque de estacionamento às portas do Museu e do Edifício dos Paços do Concelho, no coração da cidade. Ora, podendo eu alterar este estado de coisas, meus senhores, é aquilo que farei, a coberto da lei, obviamente. Portanto, acho que são extemporâneas algumas das afirmações que são feitas. Acho que aqueles pontos que eu aqui falei, o anteprojecto, a formação do projecto e a fase que se seguirá é aquilo que interessa para a discussão que estamos a ter. E sobre o que tem sido dito, permitam-me citar aqui uma frase dita há umas semanas por um comentador da SIC Notícias, o José Miguel Júdice, que eu julgo que se adapta a esta situação, e que dizia que «cadelas apressadas dão

filhos cegos». E mais não digo.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação.-----

-----Lembrou que a todos os pontos se aplicavam os tempos referidos na grelha B.-----

1. Discussão e autorização prévia do investimento de requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes – (Registo n.º 4317/2024/05/27).-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor Deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“O que nos traz aqui, hoje, é a discussão e autorização prévia do investimento, devo dizer o PS não se opõe a uma boa intervenção na Alameda, até porque é um local emblemático. E a intervenção que aqui vamos fazer neste ponto é dar uma prévia autorização do empréstimo que nós já aprovamos. Não tendo aqui os documentos do investimento que vai ser feito, ou seja, do projeto e daquilo que é o plano de mobilidade para a cidade. Não tendo esses documentos, não permite ao PS fazer essa análise criteriosa, até para sugerirmos eventuais alterações, de forma a embelezar esta praça; e aquilo que eu ia pedir era se podíamos, eventualmente, retirar este ponto e depois o discutirmos já mais afinadamente. Se assim não for, e já antecipando o que disse aqui, de que iríamos ter o projeto final, porque aquilo que nós estivemos a analisar foi um anteprojecto. O projeto final será diferenciado e, portanto, sabendo da importância da intervenção para esta zona da cidade, aquilo que nós pedimos, é que esse projeto seja amplamente discutido. Um projeto final que tenha um bom plano de mobilidade, que salvaguarde o interesse dos munícipes, principalmente dos residentes e dos comerciantes afetados por esta intervenção e, portanto, que tenha isso em consideração, quando estivermos aqui a discutir ao pormenor esse projeto.-----

-----Portanto, qualquer intervenção desta dimensão e sabendo que estamos a intervir num sítio em que falou, e bem, da questão do estacionamento, que temos que acautelar. E temos de acautelar a questão da circulação. Temos de acautelar muitas situações e, portanto, só num debate amplo é que se consegue um consenso amplo para aquilo que será uma boa intervenção em Amarante. Portanto, tenho a dizer que o Partido Socialista se vai abster nesta matéria.”-----

-----**O Senhor Deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do**

PSD, proferiu a seguinte intervenção:-----

-----“Apenas fazer notar que, obviamente, temos de aceitar a decisão do Partido Socialista, mas já estamos na dúvida de qual Partido Socialista é que temos aqui à nossa frente, uma vez que, lembramos, na reunião do Executivo, existiu uma votação unânime. Agora, temos aqui outra votação, em que o Partido Socialista se abstém. Não sei se é para querer agradar seja a quem for, mas, se quiser esclarecer, é sempre bem-vindo o esclarecimento.”-----

-----O Senhor Deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:-----

-----“Eu queria esclarecer que o PS se absteve sempre nesta matéria, em relação ao projeto. A única coisa que nós fizemos foi a autorização de empréstimo. Mas também devemos dizer que, relativamente a planos de mobilidade, ainda me lembro do tempo em que se levava a localização de um quartel da GNR, que foi aprovado e depois votado contra a sua localização, por causa do plano de mobilidade que existia.”

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:-----

-----“Só para prestar um pequeno esclarecimento, que deveria ter feito no início. Primeiro, quando veio a esta Assembleia Municipal o pedido de autorização do empréstimo, os serviços técnicos esqueceram-se de incluir a alínea b). Ou seja, no fundo, foi por um erro técnico, não pedindo a autorização prévia, como fizemos em outros empréstimos. Claro que eu percebo aquilo que diz, mas com certeza que a questão do estacionamento não é aquilo que estamos aqui a discutir, nem sequer o projeto em si, porque o projeto há-de ser discutido, como sempre foram todos os projetos, em sede de reunião da Câmara Municipal. E aí, sim, acredito que irá haver um amplo debate, porque uns podem concordar e outros discordar, mas tem de prevalecer o bom senso e o respeito pela maioria.”-----

-----Falou da questão do estacionamento, mas, como sabe, nós temos vindo a pensar nisso. Julgo que já o terei dito aqui, que faltam ainda realizar dois parques de estacionamento. Portanto, a cidade foi dividida em quatro quadrantes. Já fizemos dois, um na zona do Arquinho, junto à Rua Alexandre Herculano, e outro no Rossio, faltando agora os outros dois, um subterrâneo no jardim Baden Powell, com capacidade para mais de duzentos lugares, que permitirá aliviar o estacionamento centro. As pessoas que se dirijam aqui para o centro, para o tribunal, para Edifício dos Paços do Concelho ou para o mercado, poderão ir pelo Rossio ou por este parque. Acho que é um parque de estacionamento estruturante, assim como do outro lado

do rio, que é um projeto muito natural, que vai permitir também cerca de duzentos lugares, ali junto à zona da florestal. Deste modo, as quatro possíveis entradas de Amarante ficam cobertas em termos de estacionamento. Claro que poderão vir a ser necessários mais parques, mas isso não é o que está aqui em discussão. O que está agora em discussão é o facto de, na altura, ter havido uma falha, relativamente ao agendamento deste ponto. Se é necessária ou não a requalificação da Alameda, com certeza que todos entendemos que a mesma deve ser feita. Quanto ao projeto, a seu tempo avaliaremos.” -----

-----**O Senhor Deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Quero recordar que, independentemente da decisão do Partido Socialista, que é legítima, mas, quanto a este assunto, na sessão de junho desta Assembleia Municipal, votou a favor. Portanto, é difícil perceber que, sendo o mesmo assunto, o Senhor Deputado Cândido Zoio já veio explicar os fundamentos, mas, só para que conste, a decisão fora tomada por unanimidade e, agora, há aqui uma alteração da posição.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, deliberou, por maioria, autorizar o investimento de “Requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes”, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por 28 votos a favor dos grupos políticos municipais do PSD, CDS-PP e independente, 22 abstenções, do grupo político municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Gostaria de pedir para fazer uma intervenção, um pouco diferente do que é habitual, mas, antes disso, pretendo colocar uma questão aos meus colegas vereadores. Apesar de ainda não termos aprovado o projeto final, temos uma ideia daquilo que será o projeto, que eu gostaria de mostrar, se os senhores vereadores não vissem inconveniente. Só para terem uma ideia daquilo que está em cima da mesa, que não é aquilo que muito se diz de mármore, ou de destruição de muros.

Este é o estudo, depois de acolhidas algumas ideias, como disse, na sequência da apresentação em 2019.”-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação do estudo, apoiando-se em documentos exibidos por multimédia, destacando as seguintes ideias: -----

-----Ao longo dos tempos, a Alameda sofreu várias modificações. Atualmente, basicamente serve como parque de estacionamento.-----

-----Os objetivos que consubstanciam a ideia de requalificação da Alameda são: primeiro, a aproximação das pessoas ao rio; segundo, uma aproximação do Mercado à Alameda; terceiro, devolver a Alameda, enquanto praça, às pessoas.-----

-----O primeiro projeto foi alvo de algumas alterações, refletindo algumas das preocupações que foram acolhidas. Uma delas, relacionada com a questão das altas temperaturas, atendendo a que a praça ficaria despida e o calor poderia ser incómodo. O Senhor Arquiteto Souto Moura aceitou a algumas sugestões, mantendo o muro, fazendo uma rampa de acesso da Alameda até ao Mercado Municipal, e outra até ao rio; a praça passará a ter mais árvores, de modo a criar frescura na mesma. Junto ao mercado contemplará um espaço que servirá para acolher alguns espetáculos ao ar livre. -----

-----Em suma, o muro manter-se-á, sofrendo apenas uma ligeira alteração, será criada uma infraestrutura para suportar a rampa até ao Mercado; a ponte pedonal que havia sido ponderada, não será nesta zona, mas, possivelmente, na parte final do trilho. -----

-----O parque arbóreo será reforçado com muitas árvores na Alameda; a praça será lajeada com pedra granítica;-----

-----A iluminação pública será feita por um sistema de rede suspensa, a uma cota baixa. Apesar de não estar incluído neste estudo, o Mercado Municipal virá a sofrer, no futuro, uma intervenção minimalista, até porque há direitos autorais a respeitar.

2. Décima primeira alteração orçamental – Terceira alteração modificativa (revisão) aos documentos previsionais do ano 2024 – (Registo n.º 8792/2024/10/17).-----

-----Inscreveu-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor Deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Depois da exibição destas imagens, agradeço que nos façam chegar rapidamente os projetos, para podermos analisar e depois colocarmos as questões

que entendermos por necessárias. -----

-----Relativamente a este ponto, é uma modificação orçamental, com uma alteração que tem a ver com o assunto que vamos discutir no ponto seguinte. -----

-----Contudo, e mantendo sempre o nosso sentido de voto, naquilo que tem a ver com o orçamento, nós iremos abster-nos.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por maioria, aprovar a décima alteração orçamental – terceira alteração modificativa (revisão) aos documentos previsionais do ano de 2024, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por 28 votos a favor dos grupos políticos municipais do PSD, CDS-PP e independente, 22 abstenções, do grupo político municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

3. **Zona de Acolhimento Empresarial de Vila Meã** – Aquisição de parcelas de terreno – (Registo n.º 8795/2024/10/17).-----

-----“Inscreveu-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, que proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Finalmente, vamos votar favoravelmente um ponto.-----

-----Uma década depois, finalmente, vamos comprar terrenos para uma zona industrial, mas com algum atraso, porque, infelizmente, alguns projetos e investimentos poderiam ter sido realizados em Amarante. Por exemplo, amanhã, vou ter uma reunião, em Felgueiras, por causa de alguns projetos de interesse nacional. Porquê? Porque tinha uma zona de acolhimento que permite este tipo de equipamentos e de empresas. Portanto, é muito importante para Amarante que se façam estas zonas industriais. Só é pena o atraso, atendendo a que o Senhor Presidente da Câmara, quando estava na oposição, também defendia estas mesmas zonas industriais. Finalmente, vamos iniciar os procedimentos para adquirir os terrenos. Não é para inaugurar aquela zona industrial, tenham calma, que o Partido Socialista, depois, terá todo o gosto em inaugurar essa mesma zona industrial.” ---

-----**O Senhor Deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do**

PSD, que proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Venho aqui, apenas para contar uma história, que eu acho que já vos contei. Mas, antes, perante a intervenção do senhor deputado do Partido Socialista, que já nos provou aqui a coerência da sua bancada, dizer que, em junho, votou a favor. Inclusive, disse que a obra devia executada o mais breve possível. Portanto, nós já temos aqui matéria, boa matéria. Independentemente de se gostar ou não da obra, ou da substância, o que estamos a aprovar tem a ver com o empréstimo, não estamos a falar da obra. -----

-----Mas, voltando a este ponto, queria dizer o seguinte: Eu era vereador da oposição, em 2009, estava por aqui, e, então, nós falávamos que eram necessárias áreas de acolhimento empresarial. Não era há dez anos, senhor deputado, era há trinta ou quarenta anos, tal como já existiam em muitos outros municípios. E o que me disseram, que me deixou muito admirado - era a primeira vez que eu andava, efetivamente, na política - o então Senhor Presidente da Câmara, disse «ó senhor vereador, isso é para os privados». A resposta foi essa. «É para os privados, a Câmara Municipal não tem nada a ver com isso». Agora, admira-me que o senhor deputado, muito bem, venha aqui dizer que já devia estar feito há dez anos. Não era há dez, era há trinta ou quarenta anos, senhor deputado!" -----

A Senhora Deputada Eugénia Vieira, do Grupo Político Municipal do PSD, que proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Eu não venho aqui pessoalizar, nem politizar uma medida que eu acho que é digna demais para determinado tipo de postura. Regozijo duplamente com a materialização da criação da Zona de Acolhimento Empresarial de Vila Meã, porque com a mesma se cumpre o compromisso eleitoral, responde-se aos anseios e às necessidades dos resilientes vilameanenses. Na verdade, há décadas - não é há uma década -, que os vilameanenses anseiam a criação desta zona de acolhimento empresarial, para, dessa forma, Vila Meã poder crescer de forma sustentada, quer pelo redimensionamento das empresas locais e atração de outras empresas nacionais e estrangeiras, quer pela criação direta de postos de trabalho, com a inerente fixação de pessoas, quer pelo desenvolvimento de novas atividades económicas. -----

-----Acresce que, é incontestável, que Vila Meã tem uma localização privilegiada, é servida pelo caminho-de-ferro da linha do Douro e pelas autoestradas A4, A11 e A42, sendo tais vias um eixo de ligação com o grande Porto, pelo que a criação desta zona de acolhimento empresarial de Vila Meã, no eixo estruturante da sua entrada, vai permitir o seu desenvolvimento económico e social e, conseqüentemente, o do

Município.-----

-----Todos sabemos que é um processo que está longe de ser simples e rápido. Muitas vezes é complexo, envolve muito tempo de trabalho e obedece a muitos procedimentos que vão para além da vontade do Município. Mas, o fundamental é que o prometido se materializou. Por Vila Meã, obrigada!”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Pegando naquilo que os senhores deputados, Eugénia Vieira e Cândido Zoio, disseram, fico contente por ser um projeto que todos acolhemos com simpatia, mas dar nota do seguinte: primeiro, este é realmente um processo moroso. Nós estamos a trabalhar nisto, há três anos, e não sei quando é que acaba. Esta é uma das fases e outras se seguirão. Estamos a falar de 633.000m², e será, seguramente, a melhor zona industrial do distrito do Porto, atendendo, também, às acessibilidades e à sua localização. Mas é realmente um processo muito moroso. Obviamente, não poderei deixar de responder à provocação do senhor deputado Cândido Zoio, quando disse, e bem, que já devia estar feita há muito tempo. E é verdade, tudo já devia estar feito. Também falou de Felgueiras, por isso, vou-lhe recordar uma peripécia que se passou comigo, enquanto técnico. Corria o ano de 1997, quando a Câmara Municipal de Felgueiras, através da sua presidente, Fátima Felgueiras, adquiriu um terreno, onde agora está uma grande zona industrial, que tem vindo a acolher grandes plataformas e empresas. Deixe-me dizer que o processo começou em 1997. Porque é que eu sei disto? Porque eu, nesse mesmo ano, apresentei, aqui, nesta Câmara Municipal, enquanto técnico, ao serviço da Associação Empresarial de Amarante, uma proposta para se estudar, em quatro meses, com uma entidade que se denominava Parque-Investe, S.A.. Desenvolvemos um projeto para estudar as zonas que agora se chamam áreas de acolhimento empresarial, mas, na altura, não era esse o termo, era zonas industriais ou bolsas industriais. Pretendia-se fazer uma parceria com a Câmara Municipal, no sentido de desenvolver os estudos para o efeito. Na altura, fizemos pesquisa de boas práticas, a nível europeu, sobre como deveria ser e com isso aprendi muito. Deixem-me dizer que, em termos daquilo que deve ser uma zona industrial, a primeira fase de estudo era financiada a 100%. Mas, a Câmara Municipal de Amarante não aceitou que houvesse esta parceria e declinou a proposta. Ainda me lembro de ir a Lisboa falar com o gestor do programa, para ver se podíamos avançar só através da associação e eles disseram-nos claramente que não. E, curiosamente, foi aí que eu soube que Felgueiras tinha acabado de adquirir e estava

a desenvolver a zona empresarial, para, diziam eles, retirar as empresas da proximidade das habitações e organizar o seu posicionamento. -----

-----Isto para dizer que, desenvolver um concelho, seja em termos económicos ou o que for, demora anos. Acho que, tarde ou cedo, não interessa, o que importa é estarmos a trabalhar nisso. Começamos na baixa densidade, na zona da Aboadela, onde adquirimos, na primeira fase, 80.000m², e, ainda há pouco, mais 70.000m², onde vamos infraestruturar a área restante. Claro que lá não terá muito mais espaço para crescer, mas para nós é muito importante que as empresas instaladas na baixa densidade poderão desenvolver-se. Adquirimos, também, recentemente, mais 30.000m², em Telões, para construir pavilhões de menor dimensão e, assim, corresponder às solicitações que nos chegam. Com isto quero dizer que, prossequimos neste objetivo e registo com agrado a vossa disponibilidade para com a temática das áreas de acolhimento empresarial. Considero que, politicamente é um dever de todos nós, por isso, anoto o voto favorável. Acredito que no passado pudesse não ser assim, mas agora, estamos num novo tempo e este é um dos caminhos que tem de ser trilhado para Amarante, pelo que saúdo a vossa disponibilidade.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou autorizar a aquisição de 72 (setenta e duas) parcelas de terreno, na freguesia de Vial Meã, cujo valor global estimado é de 1.950.000€ (um milhão novecentos e cinquenta mil euros), destinadas a criação de zona de acolhimento empresarial, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, por se encontrar ausente da sala.-----

4. Projeto de execução do intercetor do Tâmega – Troço entre a Ponte de São Gonçalo e o Parque de Lazer da Costa Grande (Amarante) – Reconhecimento de Relevante Interesse Público (RIP) – (Registo n.º

8697/2024/10/15).-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor Deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, que proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Esta é uma importante obra que, aliás, já tem parecer da APA e das entidades que vão executar a obra, designadamente das Águas do Norte. É uma obra muito importante para a resolução deste problema das cheias na zona do Arquinho, e da questão dos maus cheiros, que, às vezes, em maré baixa, ocorrem. Portanto, é muito importante que se faça esta obra, o quanto antes. O que estamos aqui a discutir é o interesse público da obra e, portanto, o PS vai votar favoravelmente.” -

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Estamos a falar de um projeto, ou de uma vontade, melhor dizendo, que já tem, cerca de vinte anos. Inclusive, no tempo em que o senhor vereador Carlos Pereira, desempenhava funções, com responsabilidades na área ambiental, foi feito um projeto que ganhou um prémio, está relacionado com a integração no centro urbano, creio. Um projeto muito bonito, de resto, e que eu conheço, porque foi discutido, na altura, no tempo do anterior Presidente da Câmara. Pensei que já havia parecer favorável da APA, mas afinal, não. A APA andou, até há cerca de meio ano, “a brincar connosco”, vetando todos os projetos que apresentamos. Fizemos vários projetos, depois estudamos o impacto que havia para um corredor de manutenção, vamos chamar assim, para aí fixar o emissário grande, que vai permitir desativar duas estações elevatórias fundamentais, no centro da cidade, na Costa Grande e no Arquinho. O Arquinho depara-se muitas vezes com cheiros terríveis, ali perto daquele achado arqueológico. Exatamente porque tem ali uma elevatória e, portanto, ela tem de ser desativada, urgentemente. Esta situação leva vinte anos de atraso. Acho que agora conseguimos convencer da bondade de projeto. Falta o parecer da CCDRN. Como sabem, o saneamento em alta está concessionado às Águas do Norte, sendo, portanto, da responsabilidade deles a execução da obra.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou reconhecer de Relevante Interesse Público o “Projeto de execução do intercetor do Tâmega – Troço entre a Ponte de São Gonçalo e o Parque de Lazer da Costa Grande (Amarante)”, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 50

membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

5. Plano Municipal de Ação Climática de Amarante – (Registo n.º 6211/2024/07/24).-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor Deputado Pedro Ribeiro, do Grupo Político Municipal do PS, que proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Este plano de ação climática para Amarante, que deveria ter sido concluído até 01 de fevereiro de 2024, é mais do que um documento de intenções, deve ser um compromisso executável, que envolve todos e exige o nosso empenho coletivo.

-----Este é o momento de sermos ousados, de ultrapassarmos a hesitação e de agirmos com responsabilidade. Sabemos que as alterações climáticas não esperam e, por isso, nós também não podemos esperar. Esta é uma questão que não pode ser adiada. É uma luta contra o tempo e, hoje, aqui, temos a responsabilidade de mostrar para onde queremos ir e como queremos ir.-----

-----É essencial que este plano vá além daquilo que está redigido, devemos promover e assegurar a formação de trabalhadores para novas áreas verdes, como fizeram com sucesso outras cidades europeias ao apoiar a reconversão de trabalhadores, para setores de energia renovável e eficiência energética, estaremos não só a construir uma economia mais sustentável, mas também a garantir que a nossa comunidade tenha acesso a novas oportunidades de emprego.-----

-----Amarante, com a sua geografia, possui uma oportunidade única. Podemos e devemos investir em zonas de retenção e sistemas de reaproveitamento de águas pluviais, criando espaços que previnam inundações, e tornem o nosso ambiente urbano mais resiliente e adaptável ao clima.-----

-----Em vez de apenas reagirmos com a criação de espaços verdes e apoios à reflorestação, devemos construir uma sociedade, uma cidade preparada para o futuro, interligando as áreas verdes e promovendo biodiversidade para combater as ilhas de calor.-----

-----Relativamente à eficiência energética dos edifícios, a ambição deve ser a autossuficiência energética. Precisamos de estruturas públicas e privadas que, através de incentivos a painéis solares e armazenamento de energia, possam gerar mais do que aquilo que consomem. Um Município de Amarante energeticamente

independente é um município mais resiliente e com menor pegada de carbono. A qualidade do ar é uma questão de saúde pública e, por isso, o sistema de monitorização precisa de ir mais além do centro urbano, como está expresso neste plano. Deve cobrir também zonas industriais e áreas vulneráveis com dados públicos e acessíveis em tempo real. Transparência é essencial para envolver a comunidade e garantir a sua segurança em períodos de maior poluição. A economia circular deve ser um pilar desta transição. Precisamos de incentivar as nossas pequenas e médias empresas a adotar práticas de economia circular e a apoiar quem opta pela reutilização e redução de desperdício, com benefícios fiscais e subsídios para aqueles que priorizam esta ação. Podemos fortalecer a economia local, enquanto promovemos práticas ambientais responsáveis. -----

-----Relativamente ao setor agrícola, que enfrenta desafios com as alterações climáticas e, este plano reconhece isso, mas, com um foco ampliado, nós poderíamos ser mais eficazes. Em cidades francesas, há programas de resiliência agrícola que incluem técnicas de conservação de água, cultivo de sebes e zonas de florestação, para impedir a desertificação e aumentar a retenção da água. -----

-----Amarante pode e deve disponibilizar formações para agricultores, com um diálogo que promova práticas regenerativas de apoio a sistemas de rega eficientes e o uso racional da água, garantindo a sustentabilidade agrícola a longo prazo. -----

-----Finalmente, a educação ambiental, que é o pilar que sustentará tudo isto. Precisamos de formar cidadãos que compreendam e protejam o ambiente de forma persistente e responsável. Devemos apostar numa educação climática sólida nas escolas, desde cedo e criar, por exemplo, um orçamento participativo jovem dedicado à ação climática e ambiente, dando voz às gerações futuras e aos herdeiros destas ações. Hoje, senhoras e senhores deputados, este plano depende, não só de uma votação, mas da coragem que temos de ter, para fazer dele uma realidade viva e palpável. Cada setor da nossa comunidade, empresas, escolas, juntas de freguesia, associações e cidadãos devem estar comprometidos e envolvidos. Nós, o Partido Socialista, votaremos favoravelmente esta proposta, conscientes de que este é o caminho que devemos trilhar, mas também atentos às necessidades de fazer mais e melhor, para que possamos fazer deste plano não só uma visão de futuro, mas um legado de responsabilidade para com as gerações futuras, cumprindo com as metas estabelecidas. -----

-----No dia de hoje, acordamos com relatos e imagens devastadoras da cidade de Valência, aqui ao lado. Amanhã poderemos ser nós. Este é mesmo o tempo de

agir e executar medidas de combate às alterações climáticas, de forma a estarmos preparados para o futuro.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Subcrevo tudo o que disse o senhor deputado. Penso que fez algumas críticas ao documento em apreciação. Lembro que o mesmo esteve em discussão pública, e durante este período, todos podiam dar os respetivos contributos. -----

-----Mas quero dar uma nota de que estamos todos preocupados com o clima. É um flagelo aquilo que está a acontecer, a nível planetário, e não apenas em Amarante. E todos somos poucos para fazer a diferença. A questão é que, a nível planetário, temos toda a gente a assobiar para o lado, os grandes estados, os grandes continentes, todos com grandes responsabilidades. E os governos, sejam eles de que partido for, também. Falam com muita eloquência sobre a necessidade de fazer algo, mas depois, concretamente não fazem nada nem nos apoiam. Julgo que todos partilham dessa opinião, o grande problema é que depois não se é consequente. ---

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 14.º da Lei de Bases do Clima, Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, deliberou aprovar o Plano Municipal de Ação Climática de Amarante, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

6. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)

| Relatório de avaliação intercalar | 2024 - (Registo n.º 8667/2023/10/09) – Para conhecimento. -----

-----Não houve inscrições para usar da palavra. -----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e uma horas e cinquenta minutos. -----

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 19.12.2024, vai ser assinada pelo senhor

Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO

